

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA - ENGEO**  
**RAQUEL SANTIAGO DE SOUZA**

**O CONCEITO DE PAISAGEM PARA ENTENDER A SOCIEDADE: um olhar para o sexto  
ano do ensino fundamental**

**Diamantina**  
**2022**

**RAQUEL SANTIAGO DE SOUZA**

**O CONCEITO DE PAISAGEM PARA ENTENDER A SOCIEDADE: um olhar para o  
sexto ano do ensino fundamental**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao programa de Pós-Graduação em ensino de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de pós-graduada

Orientadora: Prof. Ma. Rosilaine Souza de Araújo Silva

**Diamantina**

**2022**

**Raquel Santiago de Souza**

**O CONCEITO DE PAISAGEM PARA ENTENDER A SOCIEDADE: um olhar para o  
sexto ano do ensino fundamental**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao programa de Pós-Graduação em ensino de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de pós-graduada

Orientador: Profa. Ma. Rosilaine Souza de Araújo Silva

Data de aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Profa. Ma. Rosilaine Souza de Araújo Silva (Orientadora)  
Professora da rede municipal SME/RJ e rede estadual SEEDUC/ RJ

---

Profa. Ma. Mahalia Gomes de Carvalho Aquino  
Doutoranda - Faculdade de Educação - UFF

---

Prof. Dr. Diego Carlos Pereira  
Faculdade de Educação - UFF

**Diamantina**

## **AGRADECIMENTOS**

Sem dúvidas, essa caminhada foi mais difícil do que eu esperava. Em meio a trabalhos e aulas online desse curso, ainda vivenciamos uma pandemia global. Rotinas foram mudadas as presas e novos hábitos precisavam ser instaurados. Medo, angústia, incerteza e trabalhos, muitos trabalhos.

Me sinto muito orgulhosa de ter chegado até aqui. Porém, não chego sozinha. Meus pais e minha irmã são minha base forte. Meu apoio incondicional. Meu amor por vocês não cabe em palavras. Sou muito grata por fazer parte dessa família.

Ao Caio, companheiro de vida, agradeço por vibrar comigo em cada vitória e por se esforçar para que eu possa realizar todos os meus sonhos. Sou muito feliz por viver esse amor. Te amo.

A Rosilaine, minha amiga e agora também orientadora, muito obrigada por topar me orientar, mesmo que no susto. Você foi essencial para nesse trabalho. Seu empenho como professora são fonte de inspiração. É sempre muito bom aprender com você.

A tutora do meu polo Juliana por um acompanhamento tão atento e eficaz e aos meus colegas de curso que fizeram dessa caminhada um caminho mais colorido.

Registo aqui minha sincera gratidão!

## **RESUMO**

A paisagem é um dos conceitos centrais dentro da ciência geográfica e é a primeira habilidade ensinada as alunas e alunos no ensino fundamental II. Essa ordem de aprendizagem está programada por dois documentos que organizam o ensino de geografia a nível nacional e estadual, o BNCC – Base Nacional Comum Curricular e o CRMG – Currículo de Referência de Minas Gerais. Diante desse cenário, a proposta desse trabalho é analisar como esses documentos curriculares pensam o conceito de paisagem para essa etapa do ensino. Ao iniciar o ensino fundamental II, a criança vivencia uma etapa escolar muito diferente da vivida até o momento. O número de matérias cresce, assim como o número de professoras e a complexidade de tudo que é ensinado e aprendido. É nesse momento de transição que os currículos propõem o ensino do conceito de paisagem. Assim esse trabalho se propõe a compreender o conceito de paisagem, suas potências e limitações na proposta curricular do estado de Minas Gerais e a nível nacional. Essa investigação tem um olhar mais atento as escolas públicas, principalmente as municipais, pois são elas as principais responsáveis por realizar o ensino fundamental no Brasil, porém também são elas as que menos recebem recursos. Em um contexto maior, essa realidade está diretamente relacionada com a educação que o país pensa e como oferece meios para que ela seja possível.

**Palavras chave:** Paisagem, Sexto ano e Currículo

## **ABSTRACT**

The landscape is one of the central concepts within the science of geography and is the first skill taught to students in elementary school II. This learning order is programmed by two documents that organize the teaching of geography at national and state level, the BNCC - Common National Curricular Base and the CRMG - Reference Curriculum of Minas Gerais. Given this scenario, the proposal of this work is to analyze how these curriculum documents think the concept of landscape for this stage of education. When starting elementary school II, the child experiences a school stage very different from the one experienced so far. The number of subjects grows, as does the number of teachers and the complexity of everything that is taught and learned. It is in this moment of transition that the curricula propose the teaching of the concept of landscape. Thus, this work aims to understand the concept of landscape, its potentials and limitations in the curriculum proposal in the state of Minas Gerais and at the national level. This investigation has a closer look at public schools, especially municipal schools, since they are the main ones responsible for providing elementary education in Brazil, but they are also the ones that receive the least resources. In a larger context, this reality is directly related to the education that the country thinks and how it offers the means to make it possible.

**Keywords:** Landscape, Sixth grade, Curriculum

### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

1. BNCC - Base Nacional Comum Curricular
2. COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
3. CRMG - Currículo de Referência de Minas Gerais
4. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
5. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacional Anísio Teixeira
6. MEC - Ministério da educação
7. PCN - Parâmetro Curricular Nacional
8. PPP - Plano Político Pedagógico

### **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

1. Gráfico 1- Percentual de escolas por dependências administrativas. ....8
2. Gráfico 2 -Número de escolas do ensino fundamental ..... 10
3. Tabela 3 – Códigos e Habilidades da BNCC e da CRMG .....30

## **SUMÁRIO**

1. Ponto de Partida .....	6
1.1 Um olhar mais atento as escolas públicas.....	8
2. Caminhos metodológicos .....	11
2.1 Uma perspectiva de paisagem crítica/cultural .....	13
3. O conceito de Paisagem .....	15
3.1 O olhar geográfico .....	16
4. O que dizem os documentos .....	20
5. Considerações finais.....	32
Referencias bibliográficas. ....	33

## 1. Ponto de partida

A escrita sempre é fruto de escolhas, assim, apresento nessas próximas linhas as escolhas feitas e os caminhos traçados para que esse trabalho se construísse dessa maneira e não de tantas outras maneiras possíveis. Sou egressa de escola pública, me formei em uma universidade pública, fiz mestrado na mesma instituição e através desse trabalho estou concluindo a pós graduação, também em uma instituição pública. Sou professora efetiva da rede municipal da cidade de Leopoldina-MG, sou uma mulher jovem e negra.

Durante minha graduação vivenciei a universidade de maneira intensa, participando do movimento estudantil, me envolvendo com pautas de classe, raça e gênero. Experiência essa que me transformou e me formou uma professora muito atenta a questões sociais. Trabalho em uma escola pública da periferia da cidade e por isso, vivencio no cotidiano o problema da desigualdade social. Em diversos momentos, percebo que a escola é um dos únicos serviços essenciais que as alunas e alunos conseguem acessar. O problema é que quando os outros serviços estão em falta, a escola fica sobrecarregada o que prejudica meu trabalho como professora. Essa sobrecarga acontece, pois, faltam serviços como saneamento básico, moradia digna, alimentação de qualidade entre tantos outros.

Para ilustrar a desigualdade, vou relatar brevemente uma situação que vivenciei na escola. Organizamos um passeio para a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). A orientação da COPASA era que as alunas e alunos fossem no passeio de sapato fechado. Faltando poucos dias para o passeio acontecer, fui procurada por duas alunas que me disseram que não tinham nenhum sapato fechado e me pediram ajuda para resolver a situação. Conversei com a coordenadora e a vice diretora que doaram sapatos para as meninas. Nessa situação específica, conseguimos resolver o problema (que não faz parte do meu trabalho como professora), mas em diversas outras situações, não conseguimos ajudar e o problema muitas vezes inviabiliza o processo de ensino aprendizagem.

Carolina Maria de Jesus, em seu livro Quarto de despejo nos mostra que esse problema no Brasil é antigo, é estrutural. Tudo isso aqui relatado, faz parte da geografia que ensinamos nas escolas. Nossa realidade é desigual e isso faz parte do dia a dia.

Não tinha gordura. Puis a carne no fogo com uns tomates que catei lá na fabrica peixe. Puis o cará e a batata. E agua. Assim que ferveu eu

puís o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiência no serviço social em relação ao favelado.(JESUS, p.41,2014)

Entendo que mostrar de onde essa pesquisa sai é de fundamental importância, pois indica suas potências e limitações. Evidencia quem são essas crianças que estarão sentadas, aprendendo sobre o conceito de paisagem, qual é a realidade vivenciada por elas.

Desde que comecei a lecionar, gosto de trabalhar com o sexto ano. Digo isso, pois a maior parte dos professores e professoras que conheço, preferem trabalhar com alunas (os) maiores. Nesse contexto, ao longo da minha trajetória profissional, passei a me dedicar mais ao ensinar o conceito de paisagem pois percebi como as alunas(os) gostavam de contribuir nas aulas, participar, comparar paisagens, analisá-las e estudá-las. Por isso resolvi estudar o conceito de paisagem de forma mais profunda, o que resultou na escolha do tema desse trabalho.

Quando proponho uma investigação de um tema que faz parte do meu dia a dia, como é o caso do ensino do conceito de paisagem, inevitavelmente sou atravessada por essa pesquisa. Essas linhas tem cores e cheiro de escola, pois ser professora para mim, é se importar, se envolver, estar presente e por inteiro. Muitas vezes essa rotina de ensinar 30 crianças diferentes a cada 50 minutos é exaustiva. As conversas com outras professoras nos corredores dizem do cansaço de lidar principalmente com a disciplina das alunas e alunos em sala. Ser professora para mim, tem muitas camadas. Passando da alegria de conseguir montar e executar uma aula atrativa, onde consigo perceber que a maioria consegue entender o recado. Até a tristeza profunda que me desmonta quando discuto com um aluno, em um tom elevado.

Essa pesquisa representa um envolvimento ainda maior com a sala de aula. Mostra uma vontade de entender, como o currículo foi montado, o que foi dito ou silenciado nos documentos oficiais da educação. Acredito que essa escolha metodológica de escrita é a que melhor traduz essa pesquisa e que explicitaremos um pouco a frente deste trabalho. A geografia é movimento. Em nossa ciência já vivenciamos diversos momentos de quebra de paradigmas para a construção do novo.

Instalados em novos territórios, apontam para a exposição de vivências que são grafadas, ditas e esclarecidas como atitude crítica aos valores morais e às verdades instituídas, portando tanto para um trabalho sobre si quanto para a luta em defesa da dignidade, da justiça social e da ética.

Escrever-se é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade. (RAGO, 2013, p.56)

## 1.1 Um olhar mais atento as escolas públicas

O censo escolar da educação básica, de 2021, realizado pelo MEC (Ministério da Educação), revela que o Brasil conta com 178.370 mil escolas, desse total, 77,3% são escolas públicas, como mostra o gráfico produzido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacional Anísio Teixeira)

Gráfico 1- Percentual de escolas por dependências administrativas.

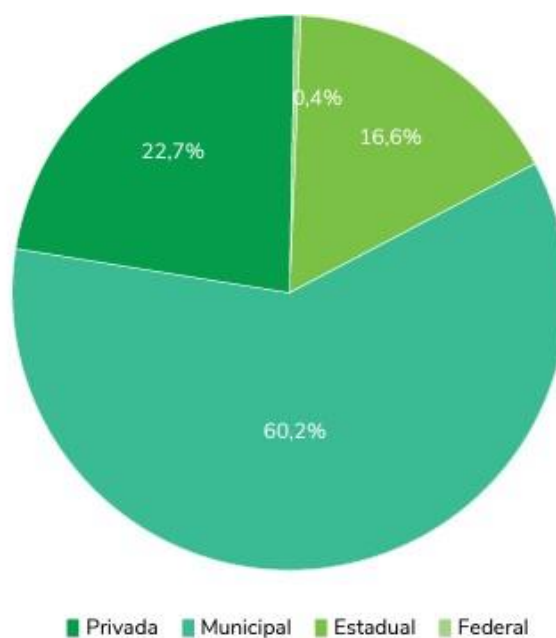


GRÁFICO 45

### PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, diz que existem 5.565 municípios no Brasil. Existem no país um total de 178.370 escolas, contando com todos os segmentos da educação, privadas e públicas. Se essas escolas tivessem igualmente distribuídas nos municípios do Brasil, cada município teria em média 32 escolas. Essa divisão não é igual, pois existem cidades maiores e que por

tanto precisam de mais escolas. No entanto, a partir desse cálculo, podemos perceber que a escola é uma instituição muito presente nos municípios do país.

Em muitos casos, a escola se torna a referência de serviços do público para a comunidade, tendo em vista que essas pessoas muitas vezes não conseguem acessar outros serviços, como assistência social e serviços de saúde, por exemplo. Desse modo, a estrutura da escola muitas vezes não consegue atender as demandas de sua comunidade, seja por falta de profissionais adequados, serviços prestados ou estrutura física. Muitas demandas levadas até a escola seriam melhor resolvidas por uma estrutura ampla de serviço social.

Assegurar que os direitos sociais dos estudantes sejam cumpridos e identificar as diversas necessidades da comunidade escolar que precisam ser atendidas pelas instituições políticas é uma importante tarefa a que o Serviço Social deve se empenhar, a fim de contribuir para a garantia da expansão do acesso de crianças e adolescentes a uma educação pública e de qualidade. (EDMAR, 2020 p.88)

A partir dos dados do censo escolar de 2021, é possível analisar de maneira mais detalhada a realidade das escolas municipais, que são as que mais oferecem vagas de ensino fundamental. Segundo o censo, as escolas municipais, apesar terem mais matrículas nessa etapa da educação, são as que recebem menos recursos tecnológicos. As escolas, estaduais, federais e privadas possuem mais estruturas como lousa digital, computador e acesso à internet. Toda essa infraestrutura interfere diretamente na qualidade do ensino oferecido para essas crianças que vem de uma geração tão conectada.

Gráfico 2 -Número de escolas do ensino fundamental

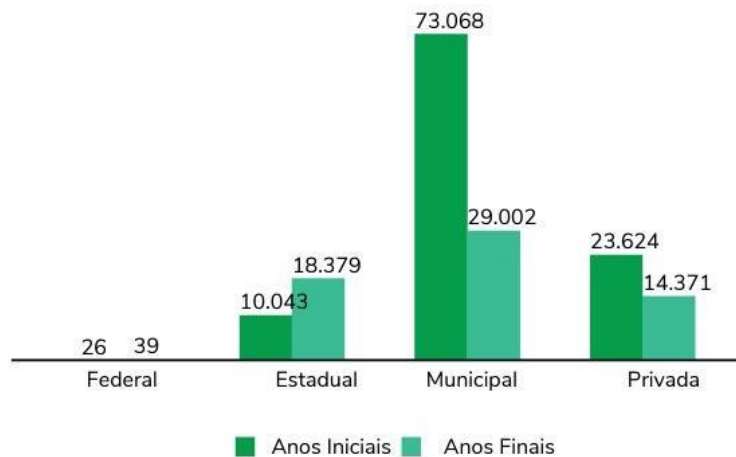


GRÁFICO 50

#### NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A estrutura que essas alunas(os) acessam (ou não) fora de sala de aula, interferem diretamente em seu rendimento nas disciplinas. A escola faz parte de uma sociedade desigual. Como esperar de uma aluna que não possui sapato fechado, um ótimo rendimento na aula de geografia, se ela sente frio nos pés? O Brasil é conhecido como uma país que mantém suas desigualdades e não consegue conduzir reformas duradouras para diminuir esse abismo socioeconômica que nos acompanha desde a colonização. Toda essa realidade de pobreza aparece nas salas de aulas públicas de todo o Brasil, como nos mostra o professor Eduardo Magrone (2016):

A qualidade e a equidade das atuais redes públicas de ensino são insuficientes. A qualidade da oferta é socialmente seletiva. Os sistemas de ensino permitem a existência de uma enorme influência da origem social do aluno em seu rendimento escolar. (MAGRONE, 2016 p.9)

A Continuação Federal enfatiza a necessidade de um esforço conjunto da sociedade civil e instituições para zelar para que o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente aconteça da melhor maneira possível. No entanto, existe uma expectativa muito grande de que a escola de conta dessa demanda. Esperam que a escola transforme todas as suas alunas(os) em pessoas cientes de seus deveres e que estejam bem encaixadas nas demandas da sociedade. A escola faz parte dessa sociedade. Não é possível que se espere da escola, sozinha a transformação da sociedade. Por tanto, vale uma leitura atenta do artigo 227 da Constituição Federal que nos alerta para esse esforço coletivo.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,1998)

Esses parágrafos mostram a parcialidade desse trabalho. Essa escrita tem cor, classe e gênero, esse é o olhar que escreve essas palavras. Diante desse cenário, venho dizer que essa escrita é costurada, mesmo que indiretamente, por histórias de sala de aula, conversas do dia a dia com alunas(os) e que por isso, esse trabalho tem um compromisso com a educação pública. Que as aulas de geografia e que o conceito de paisagem sejam instrumentos para que alunas e alunos compreendam a realidade em que vivem e possam transformá-las. Termino esse capítulo com Paulo Freire, que nos atenta para a importância de uma educação comprometida, que escolhe lado e se posiciona.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser o do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2005, p.77)

## 2. Caminhos teórico-metodológicos

Os caminhos metodológicos fazem parte da trajetória da autora. Uma pesquisa pode ser traçada por vários caminhos diferentes, escolhendo distintos objetos e dialogar com diferentes autoras e autores da área. Por tanto, fazer uma pesquisa exige que quem a faça, escolha os caminhos. Um processo único e personalizado. Desse modo, Baktin (1997) á tempos vem alertando para a incoerência de uma pesquisa neutra. A neutralidade e o não envolvimento com o objeto de pesquisa, por muito tempo foi entendido como a forma correta para se fazer ciência.

O autor de uma obra está presente somente no todo da obra. Não será encontrado em nenhum elemento separado do todo, e menos ainda no *conteúdo* da obra, se este estiver isolado do todo. O autor se encontra no momento inseparável em que o conteúdo e a forma se fundem (BAKTIN,1997 p.403)

Bem se sabe que o desenrolar histórico não é linear e contínuo, desse modo, ainda hoje, existem vertentes que defendem o fazer científico neutro, com isenção, como se o pesquisador fosse um ser separado da sociedade que aparecesse apenas para observar fenômenos, descrevê-los e entendê-los.

O fazer acadêmico dentro da ciência geográfica possui uma estrutura rígida, onde uma “neutralidade” em relação ao objeto é pregada. Esse fazer acadêmico exige que a escrita seja também impessoal. Porém, ao longo dos anos, outras formas de fazer ciência foram surgindo. Existe uma geografia feminista que vem sendo construída. Essa geografia vai para além dos temas, questiona também a metodologia, a estrutura acadêmica e propõe uma resignificação desse fazer científico a tanto cristalizado.

É preciso deixar claro que nós, pesquisadoras e pesquisadores, ao produzirmos um saber sobre determinada realidade, simultaneamente somos constituídos e somos constituintes dessa realidade. Nesse sentido, a atitude reflexiva de nossas escolhas epistemológicas e metodológicas é fundamental para construirmos os saberes que libertam e não os que enquadram e aprisionam. (SILVA,2011 p.39)

Essa perspectiva, de um fazer acadêmico mais envolvido, vem sendo pensado a partir de uma geografia crítica, entendendo que os problemas sociais enfrentados são para além das questões de classe. Existe uma série de categorias sociais que são estrutura de desigualdade dentro dessa sociedade que se materializam no espaço, e que por tanto, são objeto da geografia. As categorias de raça, gênero e diversidade sexual são exemplos de estruturas que montam e remontam paisagens. A perspectiva decolonial<sup>1</sup> também possibilita que outras vozes sejam escutadas, entendendo a construção do espaço por outros olhares.

Criar novas perspectivas tem sido trabalho difícil, já que a própria construção da ciência, seus conceitos e métodos fundantes são frutos do processo de colonialidade e racionalidade moderna, oriundos do saber produzido sob a ótica masculina. (SILVA,2011 p.21)

Assim, a proposta metodológica que se espalha por esse texto é de uma escrita mais próxima, pois além de pesquisar o tema, também vivencio. E a realidade se materializa na paisagem com todas as categorias de análise como, gênero, raça, classe, infância, muitas vezes se sobrepondo. Todas elas em constatare integração.

---

1 O pensamento decolonial propõe uma compreensão de mundo a partir de seus diversos personagens e não somente a partir da lógica moderna capitalista.

Em sala de aula, ao lidar com crianças, a curiosidade constante faz parte do cotidiano, o que instiga um olhar atento à paisagem e suas mudanças. “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (FREIRE,2001, p. 98).

As crianças, desde muito cedo tem o hábito de desenhar paisagens e essas paisagens são compostas por elementos naturais e no geral, são sempre muito belas. Por tanto, essa compreensão de paisagem está presente na vida dessas crianças. A palavra paisagem para elas não é uma palavra desconhecida. No entanto, a compreensão de paisagens para elas, está ligada as experiencias que elas tiveram com desenhos. Nesse contexto, ao chegar no sexto ano, a geografia propõe uma análise da paisagem através de uma metodologia específica. A paisagem faz parte de uma série de conceitos que são essenciais para a ciência geográfica. Desse modo, o ensino de geografia busca instrumentalizar alunas(os), para que através dos conceitos da geografia, possam enxergar a realidade que os cercam com um olhar geográfico. Olhar esse que é composto por mais elementos, mais camadas que as já conhecidas pelas crianças.

Aprender a pensar e reconhecer o espaço vivido. Não simplesmente como espaço que pode ser neutro, ou estranho a si próprio, mas pensar um espaço no sentido de se apropriar das capacidades que lhe permitirão compreender o mundo, reconhecer a sua força, e a força do lugar em que vive. Aprender para viver, mas aprendendo a buscar transformação capaz de tornar o espaço mais justo, pelo acesso aos bens do mundo e da vida. Aprender a construir a sua cidadania. (CALLAI,2005,p.245)

Dentro da geografia, existem alguns conceitos, ou também chamados de categorias de análise que são utilizados como ferramentas para instrumentalizar alunas(os) para um olhar geográfico capaz de entender e interpretar as sociedades.

Dentro da Geografia muitos conceitos, entendidos também como categorias de análise, são importantes para seus estudos, alguns deles mais antigos e outros mais recentes, que surgem em razão da necessidade de compreensão da complexidade do mundo atual. Os principais conceitos são: espaço, região, paisagem, território, territorialidade, redes e escalas geográficas. ( LISBOA, 2007 p.25)

Entendendo essa proximidade que as crianças tem com o conceito de paisagem, vamos nos aprofundar nessa categoria de análise para entender como ela está escrita nos currículos. Como foi pensado para atingir e oferecer condições para que essas alunas e

alunos entendam a sociedade que estão inseridos e outras sociedades existentes. Realizando assim uma pesquisa qualitativa com análise documental.

Desse modo, o objetivo desse trabalho é entender através de duas legislações educacionais, a BNCC (Base Nacional comum curricular)<sup>2</sup> e o CRMG<sup>3</sup> (Currículo referência de Minas Gerais) como o conceito de paisagem assume a apresentação da ciência geográfica para crianças do sexto ano do ensino fundamental II.

Seja como ciência, seja como matéria de ensino, a geografia desenvolveu uma linguagem, um corpo conceitual que acabou por constituir-se numa linguagem geográfica (CAVALCANTI,1998,p.88)

Na segunda etapa do ensino fundamental, as crianças passam a ter a disciplina de geografia de forma separada das outras disciplinas, de uma forma mais aprofundada e ensinada por um profissional formado em geografia. Diferente da primeira etapa do ensino fundamental, onde a maior parte das disciplinas, inclusive a geografia, são lecionadas por uma pedagoga que possui um olhar mais atento a amplitude da formação da aluna<sup>4</sup>(o).

O ensino da Geografia nas primeiras séries do Ensino Fundamental tem por objetivo proporcionar ao aluno uma compreensão mais ampla da realidade geográfica. Pode-se traduzir este objetivo como uma compreensão maior da paisagem, do território e, do lugar com base na leitura do espaço geográfico tanto no aspecto natural, quanto no construído pelo homem. (COSTA, 2012 p.3)

Complementando esse caminho metodológico, vamos dialogar com autoras e autores que conceituam a paisagem a partir de uma perspectiva da geografia crítica e cultural. Levando em consideração que

Se os conceitos são as nossas “ferramentas”, precisamos, para o complexo trabalho da pesquisa sócio-espacial, nos valer de toda a “caixa de ferramentas” (e, não raro, criar ferramentas novas, de tempos em tempos, mas com a sobriedade e de acordo com as reais necessidades); não faz sentido se fixar em uma única (SOUZA, 2013 p.11)

Nesse diálogo entre documento e autoras(os) buscaremos entender como a geografia escolar do sexto ano do ensino fundamental contribuem para o processo de ensino-aprendizagem de suas alunas.

---

2 A BNCC entrou em vigor em 2019 para o a educação infantil e ensino fundamental

3 O CRMG entrou em vigor no ano de 2020.

4A língua traduz os valores de uma sociedade. Por isso Convido a leitora a conhecer um texto que assume a linguagem feminina como regra, entendendo que a linguagem também é um campo de disputa.

## 2.1 Uma perspectiva de paisagem crítica/cultural

A geografia como conhecemos hoje é composta por várias perspectivas de variadas escolas de pensamento. Isso significa que um mesmo conceito ou evento pode ser entendido de forma distinta, de acordo com a escola de pensamento e a compreensão de suas principais autoras(os). Desse modo, para que possamos analisar o conceito de paisagem a partir de uma perspectiva, optamos por entender a paisagem nesse trabalho a partir da perspectiva crítica e cultural. “O conceito seria um caminho através do qual o professor poderia mediar, junto aos alunos, a interpretação de questões de ordem geográfica”(ROQUE,2018 p.11) .São essas duas escolas de pensamento que embasam minha prática pedagógica e que mais dialogam com meus fazeres acadêmicos.

Para compreender como essas perspectivas geográficas entendem o conceito de paisagem, se faz necessário um breve resgate histórico para compreender como o pensamento geográfico se construiu como conhecemos e utilizamos hoje.

A ciência geográfica passou por variados processos de entender seu objeto de estudo, crises de escolas de pensamentos ao longo dos anos e foi se constituindo como ciência graças a esse exercício de se pensar e reconstruir. A Europa foi palco de diversas discussões epistemológicas que fizeram com que a geografia fosse capaz de ser respeitada no campo das ciências.

Segundo Figueiró, o alvorecer do século XIX, na Europa, encontra a ideia de paisagem dividida em duas grandes correntes. De um lado a França e a maior parte dos países europeus, onde a separação entre arte e ciência já estava nitidamente instalada, levando a duas ideias básicas de paisagem: uma relativa à ideia de paisagem-natureza, “esquartejada” pela ciência analítica e representando um instrumento do modo capitalista de produção; outra, ligada à emergência de uma sensibilidade artística, percebendo a paisagem somente a partir do seu simbolismo estético. De outro lado, uma Alemanha impulsionada pelos ideais do romantismo, onde esta separação não aconteceu. A ideia de naturphilosophie formava uma terceira via na ideia de paisagem: uma visão holística, integradora, panteísta, que não reconhece divisões entre arte, ciência e religião ou público e privado. (ELISABETA, 2009, p.27)

No século XIX, o conceito de paisagem foi sendo repensado e construído na Europa sem um consenso. Me parece adequado pensar em conceitos como ferramentas para analisar uma realidade, desse modo, cada realidade necessita que sua ferramenta tenha especificidades. Assim, a Alemanha nesse período, buscava uma ferramenta mais

integrais que dessem conta de analisar a realidade da época, diferente da França e outros países da região. O século XX trás mudanças significativas para o mundo, essas mudanças reverberam nas ferramentas de análise. Assim, as questões socio-econômicas passam a ser importantes elementos para o conceito de paisagem dentro da escola Alemã.

A primeira metade do século XX foi marcada por discussões importantes no campo da Geografia, especialmente no que diz respeito à concepção da paisagem, onde a ação da sociedade no espaço passa a ser contemplada enquanto objeto de pesquisa. Segundo Hönsch, observou-se um deslocamento da temática central da pesquisa. A Paisagem agrária na obra de Leo Waibel sa em Geografia: de trabalhos analíticos, amparados nas ciências da natureza, passou-se a incorporar a problemática sócio-econômica (ELISABETA, 2009, p.40)

Ao retomar a história do pensamento geográfico, corre-se o risco de pensar em um desenvolvimento desse pensamento de forma evolutivo, onde uma perspectiva vem e supera a outra. No entanto, Ruy Moreira (2006) nos atenta para a importância de entender em um pensamento geográfico que faz movimentos de ida e volta. A geografia crítica carrega contribuições da geografia clássica. As escolas de pensamento contribuem uma com a outra, assim como a ciência que se constroem em movimento. Dentro desse mesmo raciocínio, cabe entender também uma realidade que não é fragmentada e que por tanto não pode ser compreendida separadamente.

O PCN - Parâmetros curricular Nacional é um documento curricular de 1998. Na parte reservada a geografia existe uma ampla discussão sobre a ciência geográfica, seus principais autores e como e a geografia escolar se consolidou nas escolas. O PCN surgiu a partir de uma demanda internacional para que a educação brasileira tivesse uma maior organização. Assim como a BNCC e o CRMG, o PCN também sofreu duras críticas. As críticas eram destinadas principalmente aos curtos prazos pra que a sociedade participasse o opinasse sobre seu texto. O PCN relata um período marcante para a ciência geográfica no Brasil. Surge uma nova vertente da geográfica que buscava fazer uma crítica a geografia tradicional.

Os métodos e as teorias da Geografia Tradicional tornaram-se insuficientes para apreender a complexidade do espaço. A simples descrição tornou-se insuficiente como método. Era preciso realizar estudos voltados para a análise das ideologias políticas, econômicas e sociais. A partir dos anos 60, sob influência das teorias marxistas, surge uma tendência crítica à Geografia Tradicional, cujo centro de preocupações passa a ser as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção e apropriação dos lugares e territórios. (BRASIL,1998 p.21)

### 3. O conceito de paisagem

Assim como a ciência geográfica, o conceito de paisagem também passou por ressignificações, crises e reformulações de acordo com as perspectivas que foram se aprimorando. Conceituar a paisagem em uma frase é tarefa difícil e simplificadora diante de um conceito amplo, que historicamente vem sendo pensado e repensado para melhor interpretar a realidade em cada tempo/espaço.

Contudo, uma interrogação inteligente a respeito do que a paisagem oculta ou pode ocultar (tanto ou mais do que revela ou pode revelar) é algo que certos geógrafos já fizeram há muito tempo. Richard Hartshorne, dialogando com vários autores, sobretudo estadunidenses e alemães, lembrava, em 1939, certas limitações da paisagem como chave de acesso ao conhecimento geográfico (SOUZA, 2013 p.48)

Para a geografia, o conceito de paisagem é central, já que nos ajuda a compreender e analisar o espaço de maneira mais teórica, que transborda a estética. Para Milton Santos (2008) as formas que compõem a paisagem são o resultado de várias ações em diferentes tempos históricos que foram moldadas e constituem a paisagem, tal como observamos no momento atual. Assim, ao analisar a paisagem com esse olhar geográfico, podemos pensar sobre as ações e as pessoas que montaram o cenário da paisagem da forma como está, no momento da observação. Por tanto, analisar uma paisagem exige um olhar que entenda os diversos processos que aconteceram ali.

Uma paisagem, seja de uma rua, de um bairro, ou de uma cidade, além de representar uma dimensão concreta e material do mundo, está impregnada de significados que nascem da percepção que se tem dela. No seu cotidiano os alunos convivem de forma imediata com essas representações e significados que são construídos no imaginário social. (BRASIL,1998 p.23)

Outro fator importante a se compreender no conceito de paisagem é que ela extrapola o domínio do visível. Não se pode negar que a visão é um sentido importante para analisar a paisagem, mas uma paisagem também é composta por sons, cheiros e até mesmo gostos e sensações.

Tudo aquilo que nos vemos, o que a nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc (SANTOS, 1996, p. 61).

Desse modo, é importante incentivar alunas (os) a perceber a paisagem através dos variados sentidos. O documento da BNCC (base nacional comum curricular) afirma a importância de capacitar a aluna(o) para entender a paisagem e seus múltiplos elementos, para entender a interação entre eles, investigando as questões econômicas, sociais e culturais presentes. Essa análise é valiosa para um olhar geográfico que busca entender o meio em que se vive, para ter condições de entender as sociedades.

### **3.1 Um “olhar geográfico”**

As alunas (os) que iniciam o sexto ano, estão passando por uma importante etapa de transição, tanto na escola quanto na vida. É nessa fase, em média aos 11 anos, que as mudanças no corpo se iniciam, com a chegada da puberdade. Assim, os cheiros vão se transformando, a textura da pele, a voz, a forma de ser e sentir o mundo. É nesse período que as relações com os outros também vão amadurecendo, ganhando camadas. Por tanto, é nesse momento da vida onde várias informações precisam ser processadas.

Assim como no corpo, na escola as mudanças também são grandes. No ano que antecede o sexto, as crianças ainda estão no ensino fundamental I. A professora (pedagoga) é uma regente de turma. É ela que leciona a maior parte das disciplinas para as alunas (os). Assim, essa criança tem o convívio contínuo com uma professora que acompanha de perto o desenvolvimento de sua turma. Ao chegar ao sexto ano, as alunas(os) passam a ter contato com vários professores de, em média, 11 disciplinas diferentes. No geral as escolas se organizam com 5 aulas por dia, cada uma durando 50 minutos. Cada disciplina com uma professora diferente.

Todas essas transformações no corpo, na escola e na vida acontecem em conjunto com o amadurecimento intelectual, assim essas crianças passam a acessar uma estrutura de pensamento mais complexo que permite que elas entendam com mais facilidade questões mais complexas.

A psicogênese das noções da criança vai se aperfeiçoando com a passagem do tempo, e em certos estágios de desenvolvimento acontecem transformações e transições importantes para o desenvolvimento e aprendizagem individual. O grau de complexidade dos sistemas de ação vai aumentando com o decorrer do tempo (Pichitelli, 2017 p.123)

É nesse momento de intensas transformações que o aprofundamento na geografia acontece, desse modo, o objetivo da disciplina é instrumentalizar as alunas e alunos para

que eles possam compreender o mundo através de um olhar geográfico, através de conceitos, categorias e análises próprias da ciência geográfica.

Desenvolver o olhar espacial, portanto, é construir um método que possa dar conta de fazer a leitura da vida que estamos vivendo, a partir do que pode ser percebido no espaço construído. (CALLAI,2005,p.238)

Através da amplitude do conceito de paisagem, é possível analisar uma realidade próxima, como as paisagens que elas conseguem ver, em sua cidade e a paisagem de uma tribo distante do outro lado do mundo, por exemplo. Construindo assim, a capacidade de entender e respeitar a diversidade.

Ao partir da vivência concreta, busca-se a ampliação do espaço da criança com a aprendizagem da leitura desses espaços e, com recursos, desenvolve-se a capacidade de “aprender a pensar o espaço”, desenvolvendo raciocínios geográficos, incorporando habilidades e construindo conceitos. (CALLAI,2005,p.236)

Para que possamos entender a importância do conceito de paisagem para alunas e alunos do sexto ano do ensino fundamental, é valioso que nos aprofundemos nesse conceito, tão caro para a ciência geográfica.

A paisagem mostra em determinado momento aquilo que é visível, mas, por detrás deste visível, a história diz muito daquilo que ali aparece, e os processos que se sucedem demarcam características específicas. A paisagem é o pano de fundo onde acontecem as coisas da nossa vida, e por isso desperta interesse na sua interpretação e nos estudos, sendo que ela vai se transformando continuamente, às vezes de modo mais acelerado, outras vezes mais lentamente. (CALLAI, 2013, p. 38).

Ao analisar a paisagem, conseguimos materializar a geografia, tirando dos livros e observando na prática, como por exemplo, na paisagem do bairro da escola, na paisagem do ponto turístico da cidade, na paisagem da rua central da cidade. A paisagem nos oferece estrutura para analisar o que vivenciamos no cotidiano e que através da instrumentalização que a geografia oferece, é possível analisar os processos escritos nela.

Ao estudar diversas paisagens, as crianças do sexto ano experimentam realidades diferentes, o que facilita o ensino da valorização e respeito a diversidade de culturas, de outros grupos sociais. Desse modo, é possível também fazer uma análise econômica das paisagens e compreender como o poder econômico é um grande agente na construção dos espaços rurais e urbanos. Assim, o conceito de paisagem é um facilitador do debate e auxilia na compreensão da sociedade desigual, que monta paisagens e modos de vida diferentes e com condições de vida bem distintas.

A partir da construção dos conceitos geográficos, e da maneira como se dão os processos de construções de conhecimento, com objetivo de

propiciar ao educando uma forma de leitura e compreensão do mundo, é que se dá a relação do cotidiano vivenciado pelo aluno com o conhecimento construído no contexto escolar pela Geografia. Nesse sentido, cabe a Geografia escolar criar ferramentas para que o aluno possa compreender essas relações acerca da sua própria realidade, ou seja, compreender como o mundo é produzido. (AZAMBUJA,2016 p.92)

Outra questão importante, quando falamos do primeiro contato com o conceito de paisagem, é a possibilidade de oferecer instrumentos para que essas crianças analisem a paisagem do entorno de suas casas e assim, consigam de alguma maneira, entender melhor a realidade em que vivem. Uma das atividades comuns, realizada nessa etapa do ensino, é pedir a criança que desenhe a paisagem da janela de sua casa. Assim, a criança exercita a capacidade de imaginar para desenhar e também consegue, no conjunto da sala de aula, comparar as paisagens que observa com a de outras alunas(os). Desse modo, conversas sobre os bairros, as ruas em comum e essas paisagens que se encontram, se materializa em instrumentos para analisar melhor a realidade vivida.

Pensar o próprio espaço encaminha a exercitar a análise e a crítica constante sobre as formas de vida e as condições que existem. E possibilita ao sujeito efetivamente se situar no mundo, (CALLAI,2005,p.242)

Assim, o conceito de paisagem apresenta para as crianças do sexto ano a possibilidade de analisar o espaço em que vivem, fazendo comparações. Através da paisagem dos centros de diversas cidades, podemos analisar que a cidade é grande, pequena ou média. Isso é possível pois existem elementos que nos contam isso. Por exemplo, se na cidade existem muitos prédios altos, isso é um forte indicador que aquela cidade não é pequena. Ao explicar isso aos alunos, várias conexões são feitas e desse modo eles trazem reflexões de suas observações. Nesse dialogo em sala, nessa troca é que o conhecimento é construído.

A paisagem mostra como a vida presente naquele espaço se organizou para montar um cenário que atendesse suas necessidades. As paisagens humanizadas mostram as características daquela população. Em nossa sociedade onde o dinheiro comanda as relações, as questões econômicas ficam estampadas na paisagem. Em um bairro pobre, a falta de acabamento no revestimento das casas, o improvisado nas construções, denuncia a falta do dinheiro, enquanto nos bairros ricos, o planejamento das casas, a amplitude e a infraestrutura nos mostram como o dinheiro garante melhores condições de vida.

#### **4. BNCC e CRMG – o que elas propõem?**

Para entender como o conceito de paisagem foi pensado e estruturado para contribuir na educação geográfica das alunas(os), vamos analisar dois documentos oficiais que organizam o currículo, especificamente do ensino fundamental II. O primeiro documento analisado será a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), pois nesse documento nacional, buscaremos entender de uma forma mais geral a proposta de abordagem do conceito de paisagem para o país. O segundo documento analisado será o CRMG (Currículo referência de Minas Gerais) documento esse que apresenta uma perspectiva estadual, por tanto mais próxima. No CRMG buscaremos entender como o estado de Minas Gerais propõe a abordagem do conceito de paisagem para alunas e alunos do sexto ano do ensino fundamental II.

A escolha desses documentos para essa pesquisa se deu pois são eles que sistematizam o que deve ser ensinado nas salas de aula. Não existe uma obrigatoriedade na criação de currículos de referência na esfera municipal. Entende-se que cada município pode criar o seu currículo de referência ou usar como base o currículo de seu estado. A nível municipal temos também os PPP (Projetos Políticos Pedagógicos). Cada escola deve ter um PPP definindo as características da escola, o meio em que está inserida, quais seus principais objetivos. Isso foi definido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) afim de assegurar para as escolas uma maior autonomia e democracia. Para essa pesquisa, não vamos analisar o PPP pois esse documento não aborda especificamente matérias que devem ser lecionadas, por tanto ele não diz sobre currículos, que é nosso assunto central.

Essa organização curricular foi pensada de maneira bem vertical<sup>5</sup>. Onde os documentos chegavam prontos e as professoras e professores poderiam “contribuir” com cada habilidade ou competência. No entanto, não eram permitidas grandes alterações. A prefeitura de Leopoldina organizou um encontro de professoras e professores para se discutir o CRMG. As professoras e professores acompanhavam esse debate sem muito embasamento, sem tempo adequado para se inteirar e participar de fato de uma construção coletiva.

---

5 Em 2018 participei de algumas reuniões na escola municipal onde trabalhava. As reuniões aconteciam no final das 5 aulas. A coordenadora mostrava as habilidades curriculares com a ajuda de um projetor e nos, professoras e professores podíamos opinar, dizendo o que gostaríamos de acrescentar ou retirar. As contribuições aconteciam sem nenhuma preparação previa e depois de um dia inteiro de trabalho. Depois as “contribuições” eram enviadas para a secretária de educação estadual.

Há que se ressaltar que a comunidade geográfica brasileira composta por professores e alunos dos diferentes níveis da educação e materializada, por exemplo, na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), têm se mostrado, historicamente, combativa no que se refere à aceitação de propostas curriculares de ensino de geografia feitas desde uma lógica centralizadora, sem a participação ampla e contínua dos diferentes sujeitos no processo de elaboração e implementação. (Giotto, 2017,p.420)

No entanto, o que se foi noticiado é que um amplo debate público acontecia para embasar a organização dos currículos de referência de cada estado da federação.

Segundo o jornal o Leopoldinense, um encontro municipal realizado pela secretária municipal de educação de Leopoldina, deu abertura em 2015 os debates para a construção do currículo de referência do estado, a CRMG que temos acesso.

Em seguida a Secretária Municipal de Educação, Regina Lucia Barbosa Britto de Oliveira, fez a abertura oficial dizendo aos presentes que o objetivo do encontro é o de promover um espaço de diálogo a respeito da Versão Preliminar do Currículo de Minas Gerais. Ela ressaltou que este era momento ímpar para a Educação em Minas Gerais: a construção de um novo Currículo. Um documento para todas as escolas mineiras, buscando respeitar a diversidade regional, histórica, social e política de Minas Gerais. (Xavier,2018)

#### **4.1 BNCC - Base Nacional Comum Curricular**

A BNCC (Base nacional comum curricular), foi criada com o objetivo de nortear o que deve ser ensinado nas salas de aula de todo o Brasil, passando por todos os ciclos

educacionais básicos, desde a educação infantil até o ensino médio. Assim, analisando esse documento, pretende-se entender como o conceito de paisagem contribui na educação das alunas (os) do nosso país.

Podemos dizer que a BNCC é uma legislação recente nas escolas brasileiras. Ela tem o objetivo de ser um conhecimento comum, imprescindível para todas e todos educandos do país. O que entrou para esse documento é a base do que todas(os) as brasileiras em idade escolar devem saber. Para isso, a BNCC foi criada com a função de estabelecer uma padronização do que deve ser ensinado e faz parte de um conjunto de legislações e documentos que estruturam e organizam a educação básica no Brasil. Pretende-se como um documento de nivelamento da educação.

Em um país como o Brasil, de dimensões continentais e realidades regionais muito distintas, precisamos entender que os conhecimentos adquiridos vão ser diferentes, mesmo que exista um documento elencando habilidades centrais. Um dos fatores que contribuem com essa impossibilidade de nivelamento é as condições materiais das escolas. Mesmo se tratando apenas de redes públicas, a disparidade de condições materiais das escolas é muito deferente. Existem escolas que possuem bibliotecas organizadas, outras não. Escolas com quadro branco outras com quadros negros precários. Escolas com sala multimídias e escolas sem internet. Todas essas realidades distintas fazem parte da mesma rede de escolas públicas do Brasil.

Dentre todas essas estruturas básicas, os baixos salários dos profissionais da educação é um ponto que merece destaque. Nos diferentes estados brasileiros os salários das professoras(es) variam muito. Esse fator acaba por interferir bastante na qualidade educacional. Se uma professora precisa se desdobrar trabalhando em 3 turnos, dificilmente as alunas(os) vão receber todo o potencial pedagógico que aquela professora pode oferecer.

Por tanto, para garantir um conhecimento mínimo para todas as alunas(os), se torna essencial garantir acesso a uma estrutura básica de ensino. Garantir uma infraestrutura comum adequada se torna muito importante quando um Estado se mostra tão interessado em apresentar dados estatísticos que comprovem a melhora na educação nacional.

A BNCC, para ser efetivada como prática curricular na perspectiva do combate às desigualdades brasileiras requer que as escolas públicas tenham condições mínimas de funcionamento em todo o território nacional. Caso contrário, serão desiguais as condições para atingir os propósitos da educação nacional e da própria BNCC; reforçando a reprodução da desigualdade pela educação pública. (Couto, 2017 p.187)

Apesar de constituir um documento de diretrizes nacionais, a BNCC não é consenso no Brasil. Sua criação se deu em um período histórico muito conturbado, onde o país passava por um processo de impeachment presidencial e algumas organizações tinham mais poder político e decisório do que outras. Nesse contexto, as principais envolvidas na execução desse currículo, que são as alunas e professoras, tiveram pouca participação na criação da BNCC.

Uma das críticas contundentes é que o processo de elaboração da BNCC foi marcado pelas circunstâncias políticas, pelo acirramento das divergências e pela imposição de determinados grupos, resultando em uma reduzida participação dos docentes, dos profissionais da Educação e da sociedade em geral. A proposta é, portanto, centralizadora e se configura como um currículo prescrito que será implementado na ação docente e escolar. (Guimarães, 2018 p.1040)

Existe um site da BNCC<sup>6</sup> criado pelo MEC onde toda a base fica disponível para consultas online e também para ser baixada em PDF. No site existe uma introdução sobre o que é a BNCC e uma parte do site também é reservado para contar o processo de criação histórico e com marcos legais. Ela é organizada por etapas de ensino – educação infantil, a etapa do ensino fundamental e a etapa do ensino médio. Na etapa do ensino fundamental, existe a divisão entre ensino fundamental I e II, além das divisões por área de conhecimento.

Na parte da BNCC dedicada ao ensino fundamental II – geografia, a introdução mostra o que se espera que a criança do sexto ano seja capaz de desenvolver nessa etapa.

Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder (Brasil, 2018)

---

<sup>6</sup> <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (acesso em 13 jun. 2022)

Espera-se que a aluna(o) nessa etapa faça o movimento de transição do fundamental I para o fundamental II, aproveitando os conhecimentos e habilidade que desenvolveu e aprofundando. Ao analisar o espaço, espera-se que essa criança compreenda as relações de poder presentes ali. Quais são essas relações e quem são os agentes que organizam as espacialidades que estamos inseridos no nosso dia a dia. Esse movimento de ler o espaço e interpreta-lo é um instrumento essencial para a vida.

Ponderando todas as críticas muito legítimas feitas a BNCC, é possível perceber espaços que podem e devem ser utilizados para conscientizar nossas alunas (as) da sociedade desigual que estamos inseridas e quais são os processos históricos que montaram essa sociedade. Os currículos também tem o papel de amparar a professora em sua prática. Assim, temos embasamento para interpretar esse currículo e utilizamos de uma maneira que condiz com nossos pensamentos para uma sociedade mais justa.

É necessário ressaltar que a existência de documentos de referência não pode eliminar a possibilidade de o professor questionar a realidade, levantar temáticas de estudo e estabelecer diretrizes para o processo pedagógico. Isso se apresenta como algo desejável e fundamental para o trabalho docente, principalmente no caso da Geografia. (Guimarães, 2018 p.1038)

Quando na BNCC vem escrito: “espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder” (Brasil, 2018) abre espaço para que se discuta em sala as relações de poder presentes nos bairros que formam a paisagem. As relações de poder da cidade que proporcionam melhores estruturas em bairros mais ricos do que em bairros mais pobres. Quais são as relações de poder que legitimam um bairro ter mais investimento público do que outro. Todos esses debates se encaixam nesse fragmento da BNCC.

Na abordagem da BNCC para a geografia no sexto ano, existe uma atenção maior para a habilidade de comparar espaços e pontuar diferenças. A partir dessas diferenças as alunas(os) vão desenvolvendo a habilidade de entender o que causam essas diferenças, pois essa estrutura permite que a professora intermedie pedagogicamente para explicar as desigualdades. Entendendo que educação é processo, desse modo, a compreensão e o entendimento de questões sociais se materializam como conhecimento para nossas alunas(os) com o tempo.

No Brasil, as pessoas convivem com as diferenças econômicas diariamente, pois essas diferenças econômicas se materializam em desigualdade social. No entanto, mesmo

convivendo com essas questões, poucos sabem explicar porque esse processo acontece. Nesse ponto está o diferencial do processo pedagógico. Por isso o currículo tem um papel tão importante na educação brasileira. Pois esse currículo precisa entender e descrever qual será esse caminho para que a maior parte dos alunos façam o caminho pedagógico de transformar uma informação em um conhecimento.

Consideramos como documentos de referência as propostas que apresentam uma sistematização dos conhecimentos, uma seleção e ordenação de conteúdos que possibilitam aos professores organizar um processo pedagógico para que os alunos entrem em contato com a interpretação geográfica. Isso é manifesto, em grande parte das escolas, como obrigatório, quando o professor se propõe a pensar no que os alunos devem aprender. (GUIMARÃES, 2018 p.1038)

Pensando especificamente em um exemplo dentro da cidade que trabalho<sup>7</sup>. A investigação a partir da diferença tem como exemplo a paisagem rural e paisagem urbana. A partir da diferença observada pelas próprias alunas (os) no cotidiano, podemos entender porque na zona rural as casas são mais distantes umas das outras em nossa região. Quais são as necessidades presentes na zona rural que não estão presentes na zona urbana e que por isso montam essas paisagens diferentes.

Nos municípios menores, onde no geral, a zona rural exerce uma importância significativa na economia da cidade. Esses municípios que tem a atividade primária como principal fonte. Esse é o caso de Leopoldina<sup>8</sup>. As alunas(os) conseguem pontuar de forma muito clara as diferenças entre as duas paisagens. Zona rural e zona urbana, já que a zona rural também faz parte do cotidiano e de suas identidades. Podemos observar essa questão da identidade sociocultural nesse trecho do texto da BNCC. Esse texto nacional se atenta para as especificidades do país e a importância de compreendê-las e reconhecê-las.

Para tanto, no 6º ano, propõe-se a retomada da identidade sociocultural, do reconhecimento dos lugares de vivência e da necessidade do estudo sobre os diferentes e desiguais usos do espaço, para uma tomada de consciência sobre a escala da interferência humana no planeta. (BRASIL,2018)

---

7 Em Leopoldina é comum que as alunas(os) tenham um convívio íntimo com a zona rural da cidade. 10,61% da população do município vive na zona rural. Percentual alto comparado a outras cidades do país.  
8 Leopoldina é onde leciono atualmente. Cidade pequena que possui como principal atividade econômica o gado leiteiro. A população segundo o último censo é de 51.130 habitantes.

No trecho específico do texto da BNCC, onde o conceito de paisagem é citado pela primeira vez, podemos perceber que existe uma preocupação sobre os diferentes tipos de sociedades e como elas constroem paisagens diferentes. As sociedades originárias e/ou tradicionais com uma integração maior com a natureza e a sociedade organizada pelo capital, onde muitas vezes as necessidades humanas ficam em segundo plano, pois a prioridade são as demandas do capital. Para crianças de 11 anos, entender a diferenças entre paisagens é um grande passo para compreendê-las. Ou seja, “como a paisagem condiciona a nossa (in)sensibilidade e o modo como somos socializados.” (SOUZA,2013, p.57)

É muito comum que as crianças reconheçam apenas o seu modo de vida, o seu espaço de vida como possível e tudo que se distancia daquele modo de vida não é reconhecido. Então, ao apresentar diferentes paisagens, de diferentes sociedades, a criança começa a se atentar para outras realidades possíveis.

Estudar a Paisagem é essencial, pois traz para o aluno uma nova forma de visão do que é entendido por ele, talvez a possibilidade de trocar a perspectiva de como se está vendo o mundo hoje, possa estimulá-lo a descobrir uma nova visão, e assim, criar possibilidades sobre diferentes leituras de mundo, identificar cores formas e odores pode despertar novas formas de ver e compreender o mundo, que podem estar não compreendidas até então. (AZAMBUJA ,2016, p.98)

Por tanto, nessa etapa, estudar paisagem é uma forma de entender a realidade e em que estão inseridos e compreender as outras tantas outras possibilidades de vida que existem. Para a BNCC é importante que nessa etapa, as crianças se atentem para os conflitos existentes e como eles montam as paisagens.

Trata-se, portanto, de compreender o conceito de natureza; as disputas por recursos e territórios que expressam conflitos entre os modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais; e o avanço do capital, todos retratados na paisagem local e representados em diferentes linguagens, entre elas o mapa temático. (BRASIL, 2018)

O processo de transformação da paisagem também é abordado pela BNCC. O texto do documento usa a palavra evolução para se referir ao trajeto feito pela humanidade na transformação da paisagem ao longo do tempo histórico. Logo após se referir aos povos originários, o texto da BNCC, ao se referir a passagem do tempo como evolução evidencia um problema conceitual. Quando o referencial é o capital, podemos dizer que a sociedade evoluiu, quando o referencial é a ideia de uma sociedade colonizada, que segue padrões

de vida europeus, podemos dizer que a paisagem evoluiu, mas quando o referencial é o convívio com a natureza de forma harmônica, o respeito aos conhecimentos tradicionais locais e o respeito a diversidade, o uso da palavra evolução não é adequado.

Desse modo, as políticas urbanas, em nome do progresso, escondem (nem sempre com sucesso) os interesses imobiliários que no seu desenvolvimento deslocam favelas, expulsam os moradores das áreas que se valorizam com a intervenção do estado, que deixam de “ser compatíveis” com as mudanças (leia-se, expulsão da população com poder aquisitivo inferior àquele que a “nova área” deverá atrair) (CARLOS,2006, p.77)

O conceito de paisagem é mencionado no texto da BNCC mas pouco se fala em uma paisagem construída pelo capital, um planejamento urbano que segue as normas da especulação imobiliária, de uma paisagem do centro e da periferia que se diferencia principalmente pela falta de investimento nos bairros mais pobres. “é impossível entender o fenômeno urbano ignorando o aprofundamento das desigualdades impostas pelo desenvolvimento do capitalismo” (CARLOS,2006, p.77)

O entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam o processo de evolução dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas. Nesse sentido, espera-se que eles compreendam o papel de diferentes povos e civilizações na produção do espaço e na transformação da interação sociedade/natureza. (BRASIL, 2018)

Nesse último trecho da BNCC onde o conceito de paisagem é citado, novamente se enfatiza a questão das diferentes sociedades e como elas montam as paisagens e as transformam. No entanto, em nenhum momento a BNCC faz menção a influência do capital nas construções das paisagens. Fato presente nas cidades brasileiras. Ao analisar esse texto curricular, fica evidente que os mesmos pontos são abordados quando se trata de paisagem. Assim, um conceito tão profundo e amplo como o da paisagem, que é central para a ciência geografia, aparece de forma reduzida e minimizada em um documento curricular nacional e que por tanto normatiza a educação de todo um país.

Importante salientar que em muitos momentos, os documentos curriculares trazem referências bibliográficas onde autoras e autores são evocados com o objetivo de legitimar o que o currículo propõe, porém muitas vezes o corpo do documento nega toda a linha de pensamento dessas autoras e autores.

Um currículo é produto de uma sociedade e nenhuma sociedade vive em consenso. Indivíduos tem necessidades, pensamentos e ideologias diferentes. Por tanto, viver em sociedade é um constante fazer político, onde por vezes temos nossas vontades atendidas por outras tantas, nossas necessidades são apagadas. Mais do que vontade atendidas ou não,

quando falamos de currículo, falamos principalmente de um documento que pontua o que a sociedade daquele tempo-espaço precisa saber. Quando esse currículo é construído sem um amplo debate, parte dessa sociedade é silenciada. Os currículos passam a ser um dos territórios em disputa, sobretudo desses novos sujeitos sociais organizados em ações coletivas e movimentos sociais (Arroyo, 2011).

O CRMG (Currículo referência de Minas Gerais) é um documento muito consultado nas escolas do estado, justamente por ser um documento mais específico, que aponta as habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas em cada mês dentro do ciclo do ano, para cada série, orientando professoras e professores de uma maneira direta. A geografia escolar busca contribuir com instrumentos de análise para que as crianças entendam a realidade em que vivem, realidade essa, fruto de uma construção social.

Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades. Em linhas gerais, esse é o papel da geografia na escola (CALLAI,2005,p.229)

### **3.2 CRMG – Currículo de Referência de Minas Gerais**

O currículo de referência do estado de Minas Gerais<sup>9</sup> (CRMG) também conta com um site<sup>10</sup> onde o documento pode ser consultado na íntegra ou baixado em PDF, assim como o site da BNCC. Segundo o site, o currículo regulador do estado existe desde 2005, portanto, o currículo mineiro antecede o documento da BNCC que foi criado em 2018. No entanto, com a criação da BNCC, alguns termos do CRMG foram atualizados.

A BNCC e o CRMG possuem muitas proximidades, mas o CRMG teoricamente deveria trazer um currículo mais voltado para a realidade mineira, diferente da BNCC que traz habilidades mais amplas para abarcar a realidade do país inteiro.

Tanto a BNCC quanto o CRMG possuem habilidades para serem desenvolvidas em cada série, a diferença é que o CRMG possui uma tabela com os meses em que cada habilidade deve ser trabalhada.

---

9 Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas Brasileiras. É o quarto estado com maior território e possui uma economia forte que muito contribui para o PIB nacional.

10 <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/historico-de-elaboracao> (acesso 13 de jun.2022)

Na tabela abaixo podemos observar os códigos e habilidades que citam a palavra paisagem na etapa do 6 ano. Os dois documentos, o nacional e o estadual, nas 3 habilidades são iguais. Apenas uma habilidade, apresenta uma palavra diferente. Portanto, A BNCC e a CRMG possuem uma estrutura muito parecida. Diante de tudo a discussão feita até aqui, vamos pontuar alguns questionamentos. O estado de Minas Gerais não possui questões regionais específicas para trabalhar o conceito de paisagem que mereçam ser acrescentadas no currículo? O debate feito para a construção do currículo de Minas Gerais atingiu a sociedade de forma com que essa sociedade se mobilizasse para contribuir efetivamente na construção do documento? Um país com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente seria capaz de se organizar de outra forma para permitir a efetiva participação da sociedade na construção do currículo? De que modo as paisagens mineiras se diferenciam das paisagens de outros estados? Essas diferenças deveriam ser pontuadas no currículo?

Do ponto de vista da geografia, esta é a perspectiva para se estudar o espaço: olhando em volta, percebendo o que existe, sabendo analisar as paisagens como o momento instantâneo de uma história que vai acontecendo. Essa é a leitura do mundo da vida. (CALLAI,2005,p.235)

Todos esses questionamentos levantados com base nas análises feitas até aqui, nos permite olhar as habilidades sobre paisagem de uma forma mais atenta, entendendo a importância do conceito para a ciência geográfica.

**Tabela 3 – Códigos e Habilidades da BNCC e da CRMG**

Códigos		Habilidades
1	CRMG(EF06GE01X) <b>BNCC(EF06GE01)</b>	<b><i>Descrever</i></b> e comparar modificações das paisagens rurais e urbanas nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.
2	CRMG(EF06GE02) <b>BNCC(EF06GE02)</b>	Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
3	CRMG(EF06GE06X) <b>BNCC(EF06GE06)</b>	Identificar e analisar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.

Fonte: (Brasil, 2017) (Brasil, 2018) Org. Souza, 2022

Na tabela 3 é possível observar os códigos e habilidades que fazem referência ao conceito de paisagem para o sexto ano do ensino fundamental, nos dois documentos analisados. A primeira habilidade coloca a necessidade de comparar as paisagens rurais e urbanas, suas modificações ao longo do tempo e seus diferentes usos.

Uma das potências dessa habilidade é o despertar na aluna(o) a capacidade de imaginar diferentes cenários, ao pensar nas transformações que as paisagens sofreram ao longo dos anos. Como a paisagem carrega características antigas e atuais. Como as mudanças tecnológicas transformaram o mundo em que vivemos.

A cultura, que dá esse conjunto de características às pessoas e aos povos, se expressa no espaço por meio de marcas que configuram as paisagens (CALLAI,2005,p.243)

Para a geração atual, intimamente ligada às tecnologias, é muito difícil imaginar um mundo diferente, como por exemplo, um mundo sem energia. Uma paisagem onde as luzes não se acendem ao anoitecer, uma zona urbana com poucos carros. Todas essas transformações na paisagem são assuntos importantes a serem desenvolvidos em sala de aula.

Um ponto fraco dessa habilidade especificamente do CRMG é que se tratando de Minas Gerais, estado brasileiro com mais municípios da federação e com grande população rural<sup>11</sup>, as paisagens rurais deveriam ganhar uma atenção especial.

Essa primeira habilidade tem uma diferença nos dois documentos. É a única habilidade sobre paisagem no sexto ano que apresenta uma diferença. O CRMG acrescenta a palavra *descrever* na habilidade. O estado de Minas Gerais julgou necessário que as alunas(os) além de comparar as modificações das paisagens, sejam capazes de descrever essas modificações. Essa palavra que foi acrescentada na habilidade, mostra como o conceito de paisagem precisa ser mais explorado. Ao descrever uma modificação, as alunas(os) ficam mais atentas(os) aos detalhes. Pensando como essas modificações foram feitas para atender demandas sociais, quem foram os agentes dessas modificações.

A segunda habilidade mencionada nos documentos se concentra na modificação das paisagens dos diferentes tipos de sociedade, em especial as modificações das paisagens feitas pelos povos originários. A menção aos povos originários é muito

---

<sup>11</sup> Segundo o censo de 2010, o estado de Minas Gerais possui cerca de 14,7% da população morando na zona rural.

valorosa e representa um avanço no reconhecimento desses povos que lutam diariamente e bravamente por respeito e dignidade. As paisagens originárias, no geral, muito se diferenciam das outras paisagens.

Seu vivido territorial constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território. Opondo-se à matriz de racionalidade dos povos e comunidades tradicionais, outros processos territoriais se constituem no espaço dominado pelo capital, dirigidos por interesses econômicos e políticos que mercantilizam a natureza com o objetivo de gerar a acumulação desigual de riquezas numa sociedade hierarquizada em classes sociais. Aqui, a dominação busca transformar a pluralidade de usos, vivências e tempos numa funcionalidade única do espaço, que passa a ser caracterizado como propriedade privada capitalista. (FERREIRA,2016 p.269)

A terceira habilidade mencionada diz sobre a transformação da paisagem a partir do trabalho humano principalmente relacionados com a indústria e com agropecuária. As paisagens modificadas pela relação do ser humano para fins econômicos, historicamente são devastadoras para a natureza. No caso específico de Minas Gerais, temos um triste exemplo recente dessa transformação da natureza por conta da mineração. O caso de Mariana é um exemplo dessa transformação da paisagem.

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem do Fundão (localizada no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana - MG), destinada ao armazenamento de rejeitos de mineração da empresa Samarco (constituída pelas acionistas Vale e a anglo-australiana BHP Billiton) se rompeu, lançando uma avalanche de cerca de 62 milhões de metros cúbicos de “lama” - formada por partículas de solo e minérios de ferro, combinados com arsênio, chumbo, mercúrio, manganês, cádmio, cobre e zinco – sobre o vale do Rio Doce e sua população. Foi a maior tragédia provocada por barragens de rejeitos de atividades mineradoras no mundo.(FERREIRA,2016 p.267)

Essas são questões relativamente recentes, mas que marcaram profundamente a história e a paisagem do estado e por tanto são questões que devem participar do currículo. Currículo é movimento assim como a sociedade, a educação e as alunas(os).

A agropecuária, atividade econômica muito comum no país também é motivo constante da transformação das paisagens. Porém, essa forma de produção, monta uma paisagem de latifúndios. Uma contextualização econômica e história se fazem necessárias. Além da concentração de terra, é importante mencionar também a revolução verde, que propôs uma forma de produzir que muito se distanciou das formas tradicionais de produção de alimentos.

Los principales rasgos de este modelo productivo son: colocación de la eficiencia económica y la competitividad como finalidad de la producción de alimentos, el aumento constante de la escala de producción y la orientación hacia la exportación, empleo intenso de tecnologías, maquinarias, técnicas modernas de riego, semillas híbridas, insumos químicos para plagas y fertilización, desconsideración de las formas tradicionales de hacer agricultura en cada territorio y de los conocimientos asociados, invisibilidad de las mujeres y dependencia de tecnologías e insumos externos, entre otras. Las consecuencias del modelo hoy son evidentes: destrucción ecológica, pérdida de la biodiversidad agrícola, contaminación de las aguas, suelos, atmósfera, riesgo de enfermedades humanas activadas por transferencia genética de enfermedades animales, cambios en el paisaje, ruptura de tradiciones alimentarias, exclusión social y género, procesos migratorios negativos, etc. (PILAR,2005,p.7)

Os modos de produção agrícolas do Brasil fazem parte da construção da paisagem desse país. A pecuária extensiva desmata, concentra renda e causa conflitos agrários. A necessidade constante de manter o pasto adequado para o gado descaracteriza os biomas. E por tanto interfere nas paisagens de maneira desastrosa.

## **5.Considerações finais**

Nesse caminho de pesquisa, podemos levantar alguns apontamentos. Revisando autoras e autores da geografia crítica e cultural, foi possível perceber que o conceito de paisagem não é utilizado nas pesquisas com muita frequência e quando é utilizado, não são exploradas todas as potências dessa ferramenta analítica.

O conceito de paisagem merece ser bem mais valorizado (e integrado com outros conceitos, tais como território e lugar) do que tem sido. É óbvio que ele possui certos limites, mas isso não é “privilégio” seu: toda ferramenta conceitual possui potencialidades e limitações. (SOUZA, 2013 p.61)

Assim como na ciência geográfica, ao revisar os currículos, é possível perceber que o conceito de paisagem também é pouco utilizado. Esse conceito que ocupa uma posição de destaque nos principais documentos curriculares que organizam o ensino das escolas, tem pouco de seus usos explorados. Como vimos a paisagem se constitui em um dos pilares/categorias do conhecimento geográfico, possibilitando junto com as categorias de espaço, lugar, região e território os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, ou seja, a construção da educação geográfica e/ou a um pensamento espacial.

Pensando especificamente na BNCC, o conceito de paisagem é utilizado principalmente para que sejam analisadas as mudanças ao longo do tempo. Como são as diferenças de meio rural e urbano, como são as paisagens das comunidades tradicionais e

originárias e como a agropecuária interfere na paisagem. Todas essas questões são importantíssimas, mas vagas, ou seja, podem levar tanto a reprodução de narrativas hegemônicas como à transformação social. Pois pouco se aprofunda em questões estruturais, tais como o capital organiza o espaço e monta paisagens. É no ensino fundamental II que as crianças aprofundam seus conhecimentos sobre o mundo e não é o caso de como o conceito de paisagem vem sendo abordado na BNCC.

Ao analisar especificamente o CRMG, os questionamentos se ampliam e aprofundam. Um currículo que pretende abarcar especificidades do estado, deixa de fora o maior crime ambiental ocasionado por barragem de rejeitos do mundo. Como um currículo de Minas Gerais possui um texto praticamente igual ao currículo nacional, onde a única palavra acrescentada é um verbo, que só reforça o que já está sendo pedido no currículo nacional.

Essa situação evidencia como o processo de construção desses currículos segue a tradição de construção curricular do Brasil, a pouca participação da sociedade na construção de um documento que pontua os principais conhecimentos de todas as alunas e alunos. Uma educação básica que é pensada de forma vertical. Mas que mesmo com todos esses entraves, segue sendo tecida diariamente em escolas espalhadas por todo o Brasil. Uma educação pública que tem muitos pontos para serem melhorados, mas que precisa ser festejada em suas inúmeras vitórias. Trabalhamos para que nos, professoras(es) desse país, tenhamos força para seguir nessa caminhada de luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Entender melhor o conceito de paisagem mostra como sua potencialidade é pouco utilizada nas salas de aula. Um conceito que tem muito a contribuir para compreender uma sociedade tão adoecida pela desigualdade como é o caso de nosso país.

### **Referências bibliográficas**

ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

AZAMBUJA, Rodrigo Floriano; KLUG, André Quandt. O Conceito de Paisagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Reflexões Sobre a Geografia Escolar. **Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia**, v. 7, n. 13, p. 89-102, 2016.

BAKTHIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Trad. Do Francês Maria Emsantina Galvão G. Pereira. Revisão da trad. Mariana Appenzellerl. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Artigo 227. Constituição Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm)>. Acesso em: 14 de jun. 2022

\_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/ SEF, 1998.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 227-247, 2005.

CALLAI, Helena. Estudar a Paisagem para aprender Geografia. In: PEREIRA, Marcelo Garrido.(Comp.). La opacidade del Paisaje imagens e tempos educativos. Porto Alegre. Imprensa Livre, 2013. Capítulo 2, 37-55.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; FANI, Ana. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. **Barcelona y São Paulo cara a cara. Procesos metropolitanos a la hora de globalización. Barcelona: colección polis**, p. 104-115, 2006.

CAVALCANTI, L.S. Geografia, escola e construção do conhecimento. Campinas: Papirus,1998.

COSTA, Nadinne Dias da. A interdisciplinaridade no ensino da Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental. In: **VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**. 2012.

COUTO, Marcos Antonio Campos. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA**. Revista da ANPEGE, [S.l.], v. 12, n. 19, p. 183-203, jun. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6379>>. Acesso em: 09 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0008>.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.

EDMAR Moreira, Cláudio. "DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA." 2020.

ELISABETA Etges, V. (2009). A Paisagem Agrária na Obra de Leo Waibel. *GEOgraphia*, 2(4), 27-47.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Letra e Imagem**, p. 267-307, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo Uerj**, n. 30, p. 419-439, 2017.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender geografia na base nacional comum curricular (BNCC). **Ensino em Re-vista**, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 2018.

LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. **Revista Ponto de Vista**, v. 4, n. 1, p. 23-35, 2007.

MAGRONE, Eduardo. **Escola do Herval: a teimosia da esperança/ Eduardo Magrone (Organizador); Geraldo Pereira da Silva... [at al.] – Juiz de Fora : CAED; FADEPE, 2016**

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>> Acesso em: 12 jun. 2022.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006

PICHITELI, Milaine Aparecida. A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM DOS ALUNOS DO 6º ANO–FUNDAMENTAL II UM ESTUDO NA ABORDAGEM PIAGETIANA. **Revista Contexto & Educação**, v. 32, n. 103, p. 120-145, 2017.

PILAR, Galindo. Resistencia agroecológica a la globalización de la agricultura y la alimentación. *Rebelión*. Editorial de Ecología Social, 17 de enero 2005. p. 1-11.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Editora da UNICAMP, 2013.

ROQUE Ascensão, V. de O., & Valadão, R. C. (2018). COMPLEXIDADE CONCEITUAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DO CONTEÚDO POR PROFESSORES DE GEOGRAFIA. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, 7(14), 05–23.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria. *Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas/ Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior – Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2011 – (Coleção geografias feministas)*

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial/ Marcelo Lopes de Souza – 2013 1ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.*

XAVIER, Iago Geraldo. Leopoldina realizou Encontro Municipal do Currículo de Minas Gerais. Leopoldinense. Leopoldina, 2018 Disponível em: <https://leopoldinense.com.br/noticia/14586/leopoldina-realizou-encontro-municipal-do-curriculo-de-minas-gerais>. Acesso em: 16 de jun 2022